

Companhias procuram caminhos para produzir sem depredar o ambiente

Mathias Cramer/temporealfoto.com

Inovar, reduzir as emissões de carbono, reciclar os resíduos e rastrear a cadeia de suprimentos são exemplos do que já está sendo feito

TEXTO MARTHA SAN JUAN FRANÇA

Na corrida global pela economia verde ou de baixo carbono, o Brasil não quer ficar para trás. Nos últimos dois anos, dezenas de empresas brasileiras que participam do mercado globalizado tomam a dianteira e realizam inventários de suas emissões de carbono, buscam fontes alternativas de energia — como eólica e biomassa —, praticam a reciclagem dos resíduos e pressionam pela rastreabilidade de sua cadeia de suprimentos. Outras investem em inovação. Para citar um exemplo recente, a Braskem apresenta na 16ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP16), que se desenvolve em Cancún, no México, seu recém-lançado plástico verde, feito de cana-de-açúcar, como uma opção de material que não causa danos ao meio ambiente e tem origem em fontes renováveis.

Ao mesmo tempo, o Brasil procura se destacar nas discussões sobre mudanças climáticas, tendo apresentado às vésperas da COP15, em Copenhague, sua proposta de reduzir entre 36% e 39% suas emissões de carbono da projeção estimada para 2020. Agora, em Cancún, anunciou a queda do desmatamento da Amazônia Legal pelo segundo ano consecutivo, registrando a menor área desmatada dos últimos 23 anos, desde que o monitoramento passou a ser feito via satélite em 1988. Os 6,4 km² — área superior à do Distrito Federal — estimados de desmatamento antecipam as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Mudanças Climáticas em cinco anos.

Essa busca por um protagonismo na economia verde tem motivos. Economistas dos mais diversos matizes concordam que garantir a reposição dos recursos utilizados é essencial para a continuidade dos negócios e questões como as catástrofes climáticas previstas pelos cientistas, a degradação do ar e da água e a busca por eficiência e alternativas sustentáveis fazem parte da nova ordem mundial. E parte das empresas brasileiras percebeu que o pioneirismo na identificação de riscos e oportunidades de negócios decorrentes das alterações ambientais garante ganhos em competitividade e sustentabilidade.

O problema, segundo o físico José Goldemberg, um dos mais respeitados especialistas em energia do país, é que esse protagonismo convive com velhas práticas e as necessidades de crescimento imediato vão contra o planejamento necessário para o desenvolvimento sustentável e de longo prazo. “Há várias iniciativas dignas de registro e o desmatamento diminuiu, mas não se pode dizer que sejam fruto de uma política integrada e de metas claras de redução da intensidade energética ou de incentivo a práticas renováveis”, afirma. “O setor empresa-



“Há várias iniciativas dignas de registro, e o desmatamento diminuiu, mas não se pode dizer que sejam fruto de uma política integrada e de metas claras de redução da intensidade energética ou de incentivos renováveis”

José Goldemberg,
físico, ex-ministro
do Meio Ambiente e
professor doutor da USP



“A ideia é a sociedade exercer pressão sobre o governo brasileiro para estabelecimento de metas internas de redução de poluentes e a implementação de políticas públicas voltadas para a contenção de mudanças climáticas”

Ladislao Dowbor,
economista da PUC/SP



Foco da atenção da COP16, no México, o plástico verde da Braskem é feito de cana-de-açúcar, não causa danos ao meio ambiente e tem origem em fonte renovável

rial se adianta, sobretudo o mais progressista, que está bastante ligado ao que ocorre no mundo e adota padrões globais, mas existe a desconfiança sobre a regulação do governo.”

Goldemberg explica que países como China e Índia investem centenas de bilhões de dólares em energia alternativa, eólica por exemplo, como substituto do carvão mineral; enquanto o Brasil ainda não se define sobre o enorme potencial de fontes como energia solar, eólica e de biomassa, investe em grandes hidrelétricas e volta a aderir a termelétricas. O economista Ladislao Dowbor, da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) concorda e vai mais além. Para ele, o Brasil, por razões de natureza e pela forma da base hidrelétrica, está melhor que o resto do mundo no planejamento de uma economia de baixo carbono. Mas ainda não se decidiu a mudar sua matriz de transporte baseada no incentivo à indústria automobilística e no crescimento das rodovias. “A ideia é a sociedade exercer pressão sobre o governo brasileiro para o

estabelecimento de metas internas de redução de poluentes e a implementação de políticas públicas voltadas para a contenção das mudanças climáticas.”

Goldemberg cita como exemplo de medidas que vão conduzir na direção da economia de baixo carbono, a adoção pelo Estado de São Paulo da lei estadual das políticas climáticas, que determina que, até 2020, as emissões de carbono devem ser reduzidas em 20% abaixo do nível de 2005, e a divulgação do inventário dessas emissões para que o estado identifique as principais fontes poluidoras e tome providências para reduzi-las. “A adoção dessas ações reflete uma opção pela modernização da economia de baixo carbono”, afirma. Para o físico, a curto prazo, o investimento na economia verde ou de baixo carbono não será grave, mesmo porque ainda não existem medidas como sobretaxa de exportação para produtos “sujos”. “Mas, a médio e longo prazo, aderir a uma economia verde é boa aposta para o futuro. Quem investir mais, vai se destacar.”